

INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: DISCUSSÕES A PARTIR DE UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Leonilda Elias Ferreira (Universidade Federal da Fronteira Sul –
nil_da2@hotmail.com), Paola Beatriz Sanches (Universidade Federal da Fronteira
Sul – paola.sanches@uffs.edu.br)

Categoria da apresentação: Oral

Resumo: O presente estudo teve por intenção pesquisar a interface entre Educação do Campo e Educação Especial, discutindo essa relação a partir da nossa experiência de atuação em Sala de Recurso Multifuncional (SRM) localizada em escola do campo. Dessa forma, organizamos o estudo em três momentos. Inicialmente apresentamos os marcos históricos e as bases da Educação do Campo. Posteriormente, nos ocupamos de sistematizar o que está proposto na legislação a respeito da Educação especial em sua perspectiva inclusiva. Assim, apresentamos o que há disposto sobre a interface entre Educação do Campo e Educação Especial, utilizando nosso relato de experiência para discutir essa interface e apontar como, no chão da escola, essa relação se estabelece dentro de seus limites e possibilidades.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação do Campo, Educação Inclusiva.

Introdução

Trata-se do resumo de um estudo desenvolvido como trabalho de conclusão de curso, na Pós-Graduação em Educação do Campo na Universidade Federal da Fronteira Sul, que pesquisa a interface entre Educação do Campo e Educação Especial, a partir da nossa experiência de atuação em Sala de Recurso Multifuncional (SRM) localizada em escola do campo. O problema de pesquisa se desenhou a partir das dificuldades e desconhecimento de como trabalhar com alunos com deficiência na Educação do Campo, visto que não havia instruções específicas para o trabalho com estes alunos, nem estrutura física adequada.

Com base nos estudos sobre o tema e a vivência propiciada pela atuação em SRM em escola do campo, pudemos notar que os alunos com deficiência que residem no campo têm uma raiz cultural e um jeito de viver e trabalhar próprio. Com a política pública de hoje, são obrigados a deslocar-se para os centros urbanos, nos municípios mais próximos, para conseguir ter acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado pela Educação Especial.

Os problemas gerados por essa condição são: faltas excessivas nos A.E.E; a perda do vínculo e a identidade com o Campo; dificuldades em acompanhar as atividades desenvolvidas, pela quantidade de faltas em decorrência das longas distancias percorridas e pela ruptura com o vínculo com o campo. Resultando na não participação de A.E.E pelos alunos com deficiência, tendo em vista as dificuldades de acesso, acompanhamento e permanência deste atendimento; ou o abandono do Campo, na busca de melhor acesso à educação.

Revisão de Literatura

Discutimos a caracterização da Educação do Campo, com base nos estudos de SAVIANI (2007); LEITE (1999); CALDART (2012), LIBÂNEO (2001), e em normativas legais que dispõe sobre a Educação do Campo.



A Educação do Campo, cuja definição não é fixa, trata-se de uma concepção de educação que, a partir da luta pela terra e do reconhecimento dos povos que habitam e tiram seu sustento do campo, organizada a fim de promover conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às necessidades dos povos do campo (CLADART 2012). Além de organização escolar própria, com tempos adequados aos ciclos agrícolas e a natureza do trabalho e vida no campo. A identidade dos povos do campo é definida por sua cultura, relações sociais, de trabalho e com o ambiente que os cercam, sendo sua ligação com o campo não pautada unicamente pelo território que ocupam. Ou seja, são parte da diversidade que compõe a humanidade e tem por direito o acesso a uma educação que respeite e contemple suas especificidades.

A Educação Especial na perspectiva inclusiva através dos estudos de FERNANDES (2013) e os documentos Declaração de Salamanca; Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e as resoluções de 2001, 2008 e 2011; e ainda a lei de inclusão de nº 13.146/2015. E as normativas que regulamentam a Sala de Recursos Multifuncional I, como a Diretrizes Nacional de Educação Especial; e as normativas da Secretaria do Estado da Educação de 2011.

A Educação Especial, anteriormente vista como um apêndice da Educação Regular, toma novos contornos com a emergência do modelo educacional inclusivo – que compreende o direito à educação como um direito para todos independente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais e também étnicas, socioculturais, linguísticas, de gênero ou religião (FERNANDES, 2013).

Nesse sentido, as políticas públicas postulam que o atendimento à pessoa com deficiência seja realizado na rede regular de ensino, oferecendo serviços de apoio à essa escolarização, a saber: o Atendimento Educacional Especializado (AEE) oferecido em Sala de Recurso Multifuncional (SRM) em contraturno. O AEE se configura, nesse sentido, como serviço de complementação e suplementação a escolarização.

Porém, os estudos de MENDES e MALHEIROS (2012) ressignificam o conceito de AEE em Sala de Recurso Multifuncional (SRM), ampliando o que as autoras chamam de “tamanho único” de AEE proposto pelo MEC.

No que tange as relações entre Educação Especial e Educação do Campo, utilizamos os autores CAIADO e MELETTI (2011), NOZU, BRUNO e SEBASTIAN HEREDERO (2016), MARCOCCIA (2009). Os estudos revelam que tanto Educação do Campo quanto a Educação Especial são frutos de contradições historicamente determinadas pela concentração de terras e riquezas, vem à tona pela luta dos movimentos sociais, demonstram as relações socioculturais excludentes de nossa sociedade e são alvo de programa do governo, frente as reivindicações, porém se efetivam por meio de parcerias e tem temporalidade prevista. As proximidades estão também por ambas as áreas serem públicos cujas imagens são estigmatizadas e estereotipadas historicamente, encontram-se em situação de invisibilidade, sofrem descaso, não só no que tange a educação. Chama a atenção também a forma com que, tanto os povos do campo quanto as pessoas com deficiência, são silenciados e ausentes no momento de se pensar o currículo voltados a eles

Resultados e Discussão:

Mesmo sendo a DIVERSIDADE um dos eixos do projeto da Educação do Campo (ARROYO, 2012), há dificuldade por parte de gestores e professores que atuam no campo compreender a inclusão de alunos com deficiência como mais uma das diversidades que os compõe e que deve ser atendida e abraçada pela escola.



Em escola do campo, o que pudemos perceber é que, apesar de os povos do campo serem alvos de exclusão, sendo historicamente estereotipados e estigmatizados, por parte do poder público, as pessoas com deficiência no campo são duplamente excluídas – pois carregam o estigma da deficiência e de sua origem do campo.

Ausência de FORMAÇÃO CONTINUADA para os professores que atuam na SRM no campo. Se compreendemos que a Educação possui currículo, métodos e tempos que respeitem as especificidades e atendam às necessidades dos povos do campo, o mesmo se aplica ao AEE voltado aos alunos inclusos. Nesse sentido, é necessária formação que abarque a interface entre Educação do Campo e Educação Especial, de modo que os professores que atuem com AEE em escola do campo possam adequar suas atividades de complementação e suplementação às necessidades do aluno do campo com deficiência. Os autores que se ocupam de estudar essa interface chegam a citar certa reprodução de um modelo de educação especial *urbanocêntrica* nas escolas do campo (NOZU, BRUNO e SEBASTIAN HEREDERO, 2016). Certos momentos nós experimentávamos a dúvida em conciliar o que compreendíamos como atividade própria da SRM e as necessidades que se impunham por serem aqueles sujeitos do campo, que necessitavam estabelecer vínculo com suas práticas diárias de vida. Afinal, não devemos nos esquecer que, esse aluno necessita também estabelecer o vínculo necessário com o campo e fortalecer sua identidade cultural.

A organização do AEE em contraturno e a necessidade de haver demanda para abertura de SRM acaba gerando um cenário desfavorável nas escolas do Campo. O aluno é encaminhado para frequentar atendimento em outra escola cuja demanda justifica a abertura de SRM. Por isso, os alunos com deficiência do campo acabam tendo que se deslocar até a cidade a fim de participarem de SRM já que na escola do campo, não oferece AEE. Vivenciamos essa realidade quando atuamos em SRM em escola na cidade, que recebia alunos do campo, devido a essa questão. MENDES e MALHEIROS (2012), nesse sentido, postulam que o AEE não necessita ser necessariamente realizado em contraturno, como serviço de complementação e suplementação. As autoras sugerem, com base em experiências em outros países, que um *ensino colaborativo* ou *coensino* poderia dar conta dessa questão. Isso é, o professor especialista em educação especial poderia atuar em conjunto com o professor regente de sala regular – auxiliando na preparação das aulas, propondo adaptações que dispensem a necessidade de o aluno com deficiência frequentar atividade de suplementação, em contraturno, uma vez que suas necessidades já serão consideradas no contexto da sala de aula regular. MENDES e MALHEIROS (2012) até questionam se o que chama de MULTIFUNCIONAL não seria um atributo do professor, ao invés da sala, afinal os professores de SRM tem de dar conta em poucas horas do que os professores regentes não conseguiram em 20 horas semanais.

Conclusões

Nosso objetivo, que foi pensar a interface entre Educação do Campo e Educação Especial por meio de relato de experiência revela que a articulação entre as áreas, que tanto almejamos, precisa se efetivar na prática pedagógica do dia a dia. Nesse sentido, a emergência de uma articulação prática – encontros, seminários, discussões mesas de debates que envolvam tanto profissionais de escolas do Campo quanto da educação Especial é imperativa. Um traço que une tanto Educação do Campo quanto Educação Especial é o protagonismo dos movimentos sociais na conquista de reconhecimento e de políticas públicas que nos



contemplassem. A passividade não são marcas de ambas as conquistas. Dessa forma, cabe a nós a luta pelo reconhecimento também dessa interface e das sistematizações que ela impõe na prática. A busca por diálogos e articulações deve partir dos que vivenciam os desafios, que reconhecem os percalços que podem traçar meio de sistematizar essa interface. O primeiro passo, que é o estudo e a busca por resposta às questões que nos afligem, é do que se ocupa nosso estudo. Cabe agora dar os próximos passos em busca de meios de alcançar essa relação

Referências

- ARROYO, Miguel G. Diversidade. In CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CAIADO, K.R.M; MELETTI, S.M.F. Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Rev. Bras. Ed. Esp. Marília**, v. 17, p. 93-104, Maio-Agro, 2011, Edição Especial.
- CALDART, R.S. Educação do Campo. In CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial** [livro eletrônico] – Curitiba: Ibpex, 2013. – (Série Fundamentos da Educação).
- LEITE, Sergio. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARCOCCIA, Patrícia – UTP **A (in)visibilidade da Educação Especial e da Inclusão nas Escolas Localizadas no Campo**. 2009. PUCPR
- MENDES, E.G. e MALHEIROS, C.A.L. Sala de recursos multifuncionais in MIRANDA, Guimarães Theresinha. FILHO, Galvão Alves Teotônio. Organizadores. **O Professor e a Educação Inclusiva: Formação Práticas e lugares**. Salvador: EDFBA, 2012.
- NOZU, Washington Cesar Shoiti. BRUNO. Marilda Moraes Garcia, HEREDERO, Eladio SEBASTIÁN. **Interface Educação Especial - Educação do Campo: diretrizes políticas e produção do conhecimento no Brasil**. Dourados MS Brasil, 2016.
- SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007b.:Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/autores_p.html>. Acesso em 23 out. 2017.

